

EM MOÇAMBIQUE NÃO HOUEVE DESCOLONIZAÇÃO

D. Loc. 20/10/87 p. 8-9

— Aquino de Bragança

AQUINO DE BRAGANÇA, director do Centro de Estudos Africanos da Universidade «Eduardo Mondlane», preeminente jornalista moçambicano, é uma das vítimas da tragédia de Mbuzi em que pereceu o Presidente Samora Machel. Em sua memória (re) publicamos hoje uma parte da entrevista concedida em 1982, no «Diário de Lisboa», na qual faz uma profunda análise sobre o que foi, efectivamente, a libertação de Moçambique.

DL — «A visita do Presidente Ramalho Eanes desbloqueou, de definitivamente, as relações com Portugal. Na altura que é previsível, que se registre a partir de agora, não haverá mais, penso, lugar para os «complexos coloniais» que ainda assaltam de alguma forma quer o colonizador quer o colonizado. Aliás, Samora Machel foi claro sobre este ponto. No entanto parece-me a não ser que «dossier» descolonização seja facultado ao conhecimento do grande público dos dois lados, dificilmente se opera a «descolonização mental» que se impõe depois de consumada a «descolonização política». Não concorda?»

ABRIR

O «DOSSIER»

DESCOLONIZAÇÃO

AB — Acho urgentíssimo que se abra um «dossier» descolonização: Nós próprios moçambicanos, para conhecermos certo período da nossa história temos de ter acesso a esses «dossiers». Mui-

tos problemas necessitam de ser esclarecidos. E Portugal dispõe de documentação para nós preciosa.

Penso que há problemas da parte do Governo... do Estado, portugueses. É evidente que há segredos, há documentos que as autoridades portuguesas terão razões legítimas para calar. Mas uma boa parte desses «dossiers» pode e deve ser conhecida, até para melhor esclarecimento do Povo português sobre a guerra colonial e, particularmente, sobre a guerra em Moçambique.

Nos últimos anos, sobretudo após a «operação Nó Górdio» em Novembro de 70, o exército português perde a iniciativa e passa a defensiva. É extremamente importante conhecer os meandros desses acontecimentos como, por exemplo, a verdadeira história, a controvérsia que opõe Kaulza de Arriaga a Marcelo Caetano, a formação de um comando unificado de Angola e de Moçambique, a tentativa para invadir os santuários da FRELIMO; de que

Kaulza estava efectivamente na defensiva, projectar-se-á sobre o 25 de Abril. Ver-se-ia, assim, que o 25 de Abril veio resolver muitos problemas militares a favor do próprio exército português.

25 DE ABRIL
EVITOU
DERROTA MILITAR

DL — Quer explicar melhor essa afirmação?

AB — Sim, o 25 de Abril evitou a Portugal, uma derrota militar inevitável num prazo de, digamos, dois anos.

Ao contrário do que pensam os historiadores portugueses e historiadores «bem pensantes» — a situação do exército português em Moçambique estava muito longe de ser brilhante. Não diria que o exército português já estava derrotado, mas

a verdade é que já tinha perdido a iniciativa e tudo levava a crer que jamais a retomaria.

É necessário que os portugueses médios, que o Povo português globalmente, tomem consciência disto para que possa distinguir as manipulações de que o tema é alvo, nomeadamente quando alguma imprensa advoque que a descolonização poderia ter sido feita de outra forma, em melhores condições...

Ora, eu penso que, com o 25 de Abril, se encontrou a melhor solução possível.

Não tenho receio de afirmar hoje, depois de conhecidos os factos até há pouco tempo ignorados, que foi graças a um grande esforço da FRELIMO e nomeadamente do próprio presidente Samora, que se evitou, com o acordo dos oficiais do MFA e de outros que vieram a aderir àquele movimento, como o General Sousa Menezes, antigo chefe do Estado-Maior de Kaulza de Arriaga, que se evitou, rápido, a fragmentação do exército português e ocorreria inevitavelmente, se a FRELIMO tivesse aceite o cessar-fogo parcial que alguns comandantes portugueses pretendiam.

Nos arquivos da FRELIMO existem provas do que afirmo, designadamente os pedidos do cessar-fogo sectorial que lhe foram



enviados. Houve uma intervenção da FRELIMO e nomeadamente do Presidente Samora Machel para que esses oficiais não se rendessem, para que fosse mantida a unidade do exército português.

Para Moçambique, era importante que essa unidade se mantivesse. Só assim teríamos um interlocutor com quem discutir o fim da guerra e as modalidades de transferência de poder para o Povo moçambicano.

É preciso compreender esse problema em toda a sua dimensão e com toda a sua delicadeza. Senão vejamos:

Vamos supor que um comandante por exemplo de Cabo Delgado, fazia um cessar-fogo sectorial: fazia separadamente a paz com a FRELIMO. O comandante de Tete, por hipótese, podia discordar e até intervir militarmente contra o outro oficial. Estariam, assim perante um novo conflito, com laivos de guerra civil, opondo facções do próprio exército português. Uma tal

situação poderia levar a uma intervenção rodésiana ou sul-africana, gerando uma situação de guerra generalizada. Isto não convinha à FRELIMO como não convinha a Portugal e ao seu exército.

Por isso afirmo que houve da parte da FRELIMO um grande esforço para não explorar uma situação emotiva, uma crise que tinha já expressão em diversos oficiais fatigados da guerra e que tinham compreendido que não havia razão nenhuma para se baterem pelos barões da alta finança portuguesa.

DL — Essas afirmações parecem-me conduzir a uma redefinição dos termos em que se processou a descolonização portuguesa. Você que assistiu como observador particularmente bem colocado, à descolonização de boa parte do continente africano, como caracterizaria a descolonização portuguesa em relação a que foi operada pela Inglaterra e pela França para citar só dois casos?

NÃO HOUVE DESCOLONIZAÇÃO

AB — Há aqui um grande equívoco. Já há dois anos atrás, numa conferência debate que tive na Sorbonne, em Paris, tive oportunidade de afirmar de que em Moçambique não houve «descolonização».

Descolonizar implica outorgar a independência ao colonizado. Foi o que sucedeu no caso inglês, francês, etc... Ora, no caso de Moçambique, no da Guiné-Bissau, Angola é um caso mais complicado — toda a iniciativa, desde Novembro de 1970, pertencia já à FRELIMO e não mais ao colonizador.

De certo modo, estou de acordo com uma brilhante entrevista do general Costa Gomes, publicada, salvo erro, na «Regra do Jogo». Apesar de algumas lacunas e certas ambiguidades, Costa Gomes analisara muito bem a situação da guerra e sua análise tem pontos de convergência com a que foi feita pela própria FRELIMO e

pelo Presidente Samora: a partir da operação «Nó Górdio» deu-se uma mutação à luta armada que se transformava praticamente numa revolução. É nessa altura, também, que são resolvidas algumas contradições internas na FRELIMO a favor precisamente da sua ala revolucionária. O exército português passa então à defensiva e o Estado colonial perde condições para outorgar a independência.

É importante que hoje historiadores portugueses e moçambicanos possam sentar-se junto a uma mesa e de sapaixonadamente, fazendo apelo apenas aos factos. Reconheçam isto. Aliás, parece que o próprio Presidente português já deixou transparecer que conhece esta análise e que a partilha.

DL — O «dossier» Descolonização não engloba apenas as relações coloniais, os actos de guerra e a retirada do exército. Ele abrange também as próprias relações entre partidos, forças de esquerda portuguesa e

a FRELIMO antes e depois da independência. Imediatamente após o 25 de Abril falou-se mesmo numa «corrida», de tentativa de monopolização das relações com Moçambique que via FRELIMO.

MONOPOLIZAÇÃO DAS RELAÇÕES

AB — Eu não faço essa leitura dos acontecimentos. Eu penso que a demora na normalização das relações Estado a Estado levou a que forças políticas portuguesas, como por exemplo, o PSP, tivessem a partir dos Acordos de Lusaka — e diga-se de passagem que o Partido Comunista esteve muito distante do processo que levou ao acordo de Lusaka — normalizadas as relações com a FRELIMO, criaram-se condições para o entendimento bati-me pela consolidação das relações entre a FRELIMO e o PSP. Mas afirmar que houve monopolização dessas relações parece excessivo, pelo menos daqui, do lado moçambicano não tendo condições para o poder afirmar.